



SUMÁRIO

COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO LESTE DO PARÁ.....	1
COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS.....	1
ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT.....	2
DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES – DPT.....	15

COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO LESTE DO PARÁ

PORTARIA Nº 1/CR-CLPA/Funai, de 16 de janeiro de 2020.

O COORDENADOR REGIONAL SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO LESTE DO PARÁ DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017 e de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar as servidoras ANACRISTINA ROLIM VIEIRA, matrícula nº 3144808, CPF nº 036.182.016-05 e LORENA DE PAULA SOARES, matrícula nº 3088456, CPF nº 040.172.906-04, como Gestoras de Contrato, titular e substituta, para acompanharem e fiscalizarem a execução do Contrato por inexigibilidade nº 01/2019, celebrado entre a COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO LESTE DO PARÁ – PA/FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI e a empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A, CNPJ nº 04.895.728/0001-80.

Art. 2º. Designar os servidores ANACRISTINA ROLIM VIEIRA, matrícula nº 3144808, CPF nº 036.182.016-05, e LUANA FEITOSA ALEXANDRE, matrícula nº 1058440, CPF nº 546.801.152-20, como fiscal técnico, titular e substituto, para acompanharem a execução do referido contrato.

Art. 3º. Os Fiscais Técnicos, Setoriais e Administrativos, titulares e substitutos, têm suas atribuições e competências fixadas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da FUNAI, em especial no Capítulo II, aprovado pela Portaria nº 889/DAGES, de 14/03/2015, publicada no dia 16/09/2015 e pela Instrução Normativa 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, de 26 de maio de 2017.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de sua garantia, quando houver.

DONÁRIA SOUZA SILVA

Coordenadora Regional Substituta

COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS

PORTARIA Nº 002/CRDOU/MS, de 20 de janeiro de 2020.

O COORDENADOR REGIONAL SUBSTITUTO DE DOURADOS, JOSÉ RESINA FERNANDES JÚNIOR, nomeado pela Portaria nº 1.526, de 23 de dezembro de 2019, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de dezembro de 2017 e de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores VANDERSON APARECIDO DE SOUZA, matrícula nº 1900105, CPF nº 886.367.041-20, e JOSENE BENITES BARBOSA NOGUEIRA, matrícula nº 1824215, CPF nº 013.844.931-74 como Gestores de Contrato, titular e substituto, respectivamente, para acompanharem e fiscalizarem a execução do Contrato nº 06/2020, celebrado entre esta Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Link Card Administradora de Benefícios Eireli, CNPJ nº 12.039.966/0001-1.

Art. 2º Designar os servidores ISADORA SPADONI SGUAREZI, matrícula nº 3003654, CPF nº 037.267.341-47, e CARLOS FABIANO AZEVEDO TORRES, matrícula nº 3005908, CPF nº 727.754.835-34 como Fiscais Administrativos, titular e substituto, respectivamente, para acompanharem a execução do referido contrato.

Art. 3º. Os Gestores e Fiscais titulares e substitutos têm suas atribuições e competências fixadas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da FUNAI, em especial no Capítulo II, aprovado pela Portaria nº 889/DAGES, de 14 de setembro de 2015, publicada no dia 16/09/2015.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

JOSÉ RESINA FERNANDES JÚNIOR

Coordenador Regional Substituto

PORTARIA Nº 003/CRDOU/MS, de 20 de janeiro de 2020.

O COORDENADOR REGIONAL SUBSTITUTO DE DOURADOS, JOSÉ RESINA FERNANDES JÚNIOR, nomeado pela Portaria nº 1.526, de 23 de dezembro de 2019, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de dezembro de 2017 e de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,



Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 2

RESOLVE:

Art. 1º. Designar as servidoras ISADORA SPADONI SGUAREZI, matrícula nº 3003654, CPF nº 037.267.341-47, e JOSENE BENITES BARBOSA NOGUEIRA, matrícula nº 1824215, CPF nº 013.844.931-74 como Gestoras de Contrato, titular e substituta, para acompanharem e fiscalizarem a execução do Contrato nº 24/2019, celebrado entre esta Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ nº 34.028.316/0009-60.

Art. 2º Designar os servidores CARLOS FABIANO AZEVEDO TORRES, matrícula nº 3005908, CPF nº 727.754.835-34, e RENATO MACHADO MARTINS, matrícula nº 1817758, CPF nº 000.608.591-13 como fiscais administrativos titular e substituto para acompanharem a execução do referido contrato.

Art. 3º. Os Gestores e Fiscais titulares e substitutos têm suas atribuições e competências fixadas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da FUNAI, em especial no Capítulo II, aprovado pela Portaria nº 889/DAGES, de 14 de setembro de 2015, publicada no dia 16/09/2015.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria nº 30/CRDOU/MS, de 15 de julho de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 125, de 23/07/2019.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

JOSÉ RESINA FERNANDES JÚNIOR

Coordenador Regional Substituto

ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1846828 / ANO: 2019

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.007572/2019-42	1373/2019/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
CABECEIRA AGROINDUSTRIAL LTDA		15.735.568/0001-28	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AVENIDA AFONSO PENA, 5.723, EDIFÍCIO EVOLUTION BUSINESS, PARTE DA SALA 1601, SANTA FÉ, CAMPO GRANDE		79040-010	MS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA CABECEIRA FUNDA	RIBAS DO RIO PARDO	MS	2.168,7118
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
1º SERVIÇO REGISTRAL E TABELIONATO DE PROTESTO DA COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO		RIBAS DO RIO PARDO	MS
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
16575	2	1 A 4V	21/05/2012
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
JOAQUIM RICARDES OLIVEIRA NETO		ENGENHEIRO AGRIMENSOR	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
7127/D-MS		11322930	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

- Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
- As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.



Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 3

3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.

4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.

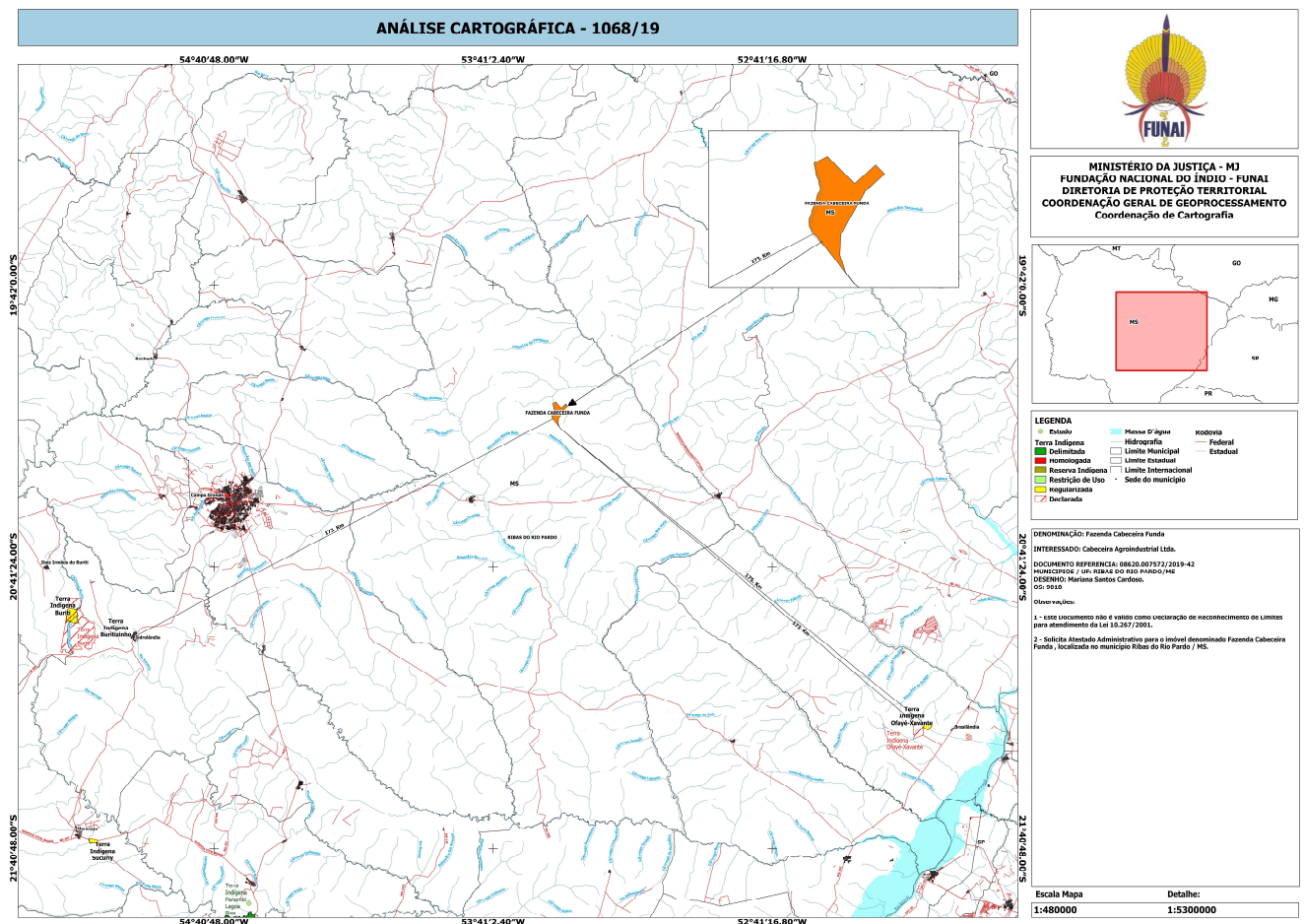
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto





Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 5

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1841604 / ANO: 2019

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.009088/2019-58	1366/2019/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
CACHOEIRA PARECIS AGROPECUÁRIA S/A		65.770.794/0001-18	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
LOTE 22-23, LINHA 115, SETOR 09, GLEBA CORUMBIARA, ZONA RURAL, PIMENTEIRAS DO OESTE		78966-000	RO
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA CACHOEIRA	PIMENTEIRAS DO OESTE	RO	2.657,7551
CRÍ/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CEREJEIRAS		CEREJEIRAS	RO
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
7.813	02	01 E 01V	11/12/2014
9.983	02	01 E 01V	23/03/2018
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
LUIZ ROGÉRIO DE OLIVEIRA		ENGENHEIRO FLORESTAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
11592 D/MT		8300006206	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

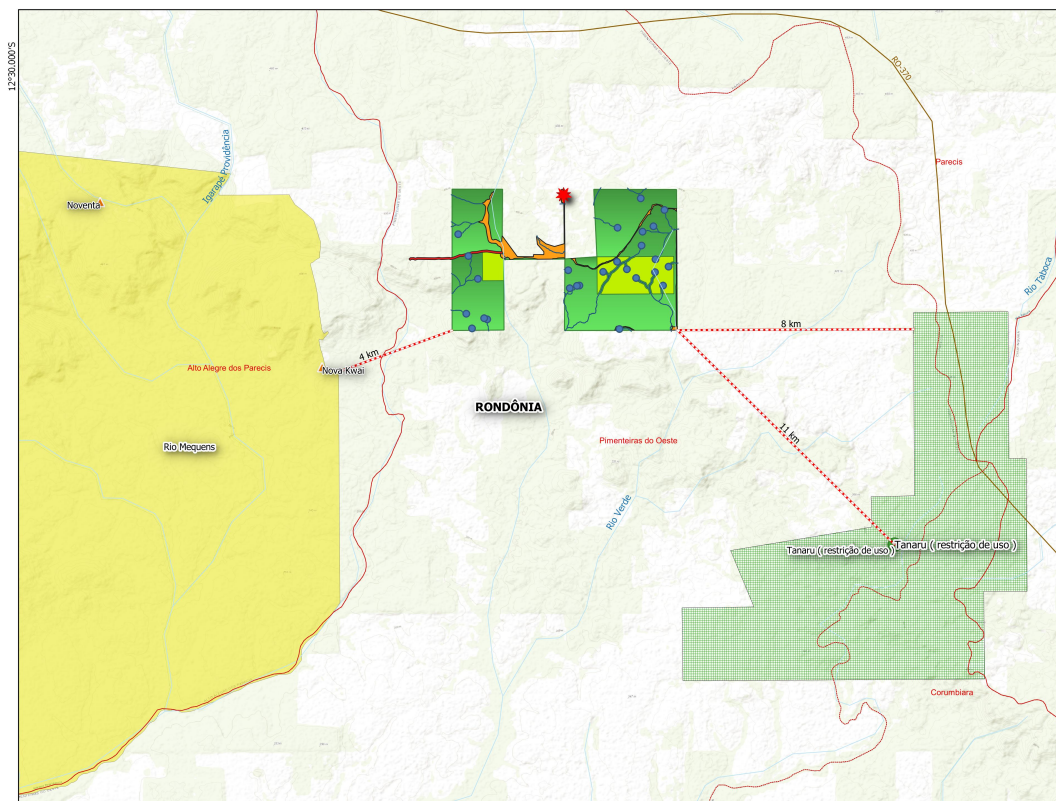
Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

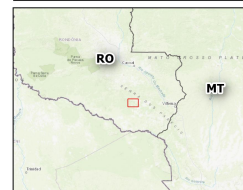
Presidente Substituto



ANÁLISE CARTOGRÁFICA - 1019/19



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
Coordenação Geral de Geoprocessamento
Coordenação de Cartografia



LEGENDA

Base Cartográfica		
Estados		Fazenda Cachoeira
IBGE - Municípios		Distância TI's
DNIT - Rodovias		Terras Indígenas
ANA - Hidrografia		Declarada
ANA - Massa D'água		Delimitada
Empreendimento		
SEDE		Encaminhada RI
NASCENTE		Homologada
RIO		Regularizada
MATA		Em Estudo
AEX		TI em Estudo
		Aldeias

Denominação: Fazenda Cachoeira, localizada no município de Pimenteiras do Oeste, em nome do Interessado, Cachoeira Pimenteiras Agropecuária S/A

Processo: 08620.009068/2019-58
Analista: João Carlos Figueiredo
OS: 8964

Observações 1 - Este documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/20012 - Datum SIRGAS 20003 - Base Cartográfica: Funai - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia, Oribacias / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

Escala	Localização:
1:100000	1:10000000



Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 7

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1846440 / ANO: 2019

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.008957/2019-27	1372/2019/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
LUCIANO MARASCHIN		621.945.691-20	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA SOUZA JÚNIOR, 160, BAIRRO SÃO FRANCISCO, BOA VISTA		69305-040	RR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
PITOMBEIRA II	ALTO ALEGRE	RR	359,5854
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO RODRIQUES MARTINS - ALTO ALEGRE		ALTO ALEGRE	RR
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
11	2	01/01	23/03/2016
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EPITÁCIO EVARISTO DE ANDRADE		TECNÓLOGO EM TOPOGRAFIA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
210598357-0/RN		00021059835705044726	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

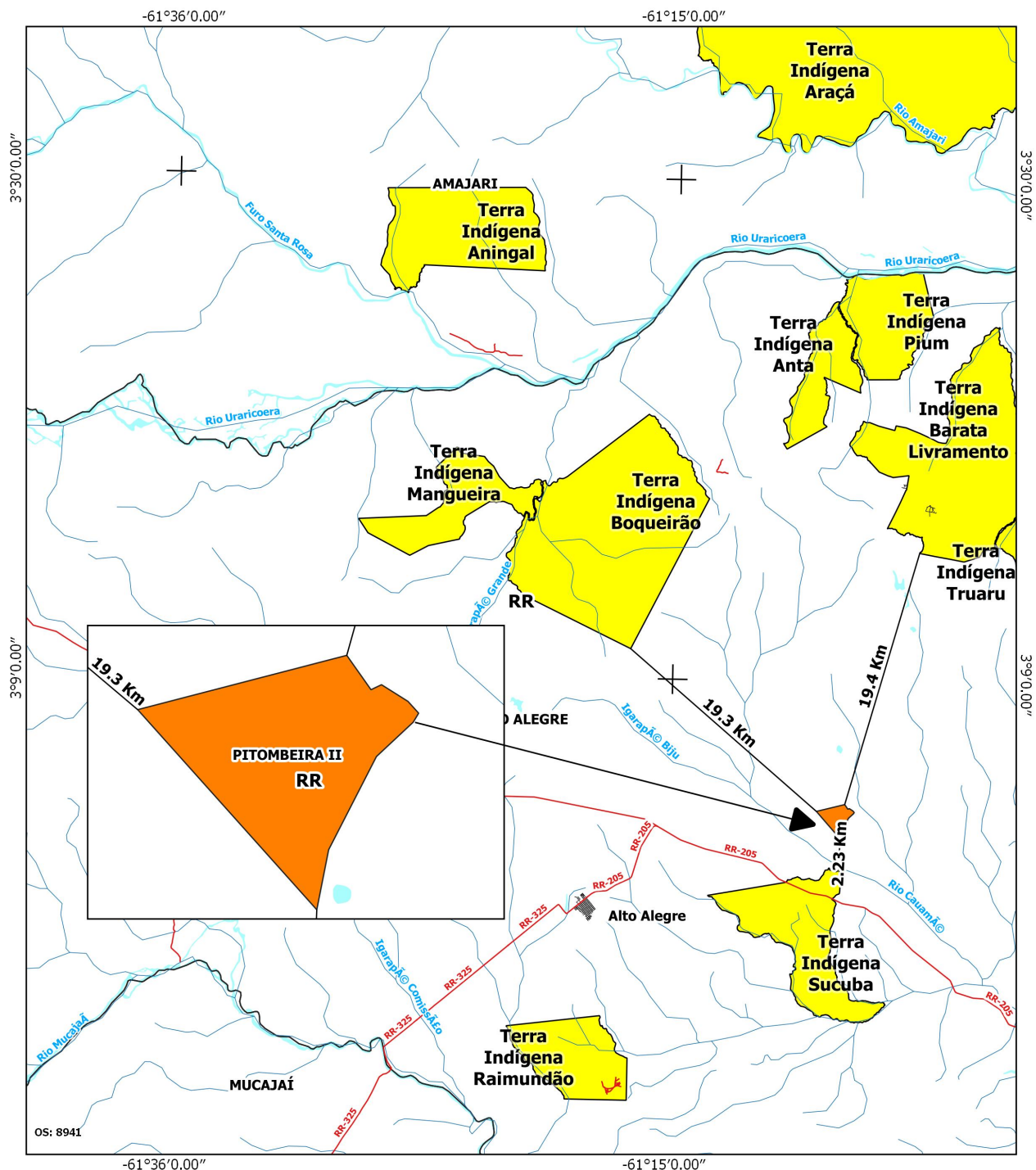
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena Delimitada
- Terra Indígena Homologada
- Reserva Indígena
- Restrição de Uso
- Terra Indígena Regularizada
- Declarada
- Distância
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual

Observações:

1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.

2 - Informamos que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 2,23 km da Terra Indígena Sucuba, área indígena mais próxima.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>		
DENOMINAÇÃO:	Pitombeira II	INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 1018/19
INTERESSADO:	LUCIANO MARASCHIN	Documento Referência: 08620.008957/2019-27
MUNICÍPIO / UF:	ALTO ALEGRE / RR	ESCALA: 1:370000
DESENHO EM:	CONFERIDO EM:	CONFERIDO EM:
Marilene Santos Cardoso	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA SOCIAL / SIO/MT / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO / CGED / DPT CRA / RR - 15.435.0



Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 9

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1806627 / ANO: 2019

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002286/2019-65	1334/2019/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
RAFAEL ZAMBAN		639.177.340-87	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA JOÃO RECH, 178, AP 402, BAIRRO PINHEIROS - VACARIA		95200-000	RS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA OESTE B, F, H e K	COMODORO	MT	4.058,6531
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
1º SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE COMODORO		COMODORO	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
11.331	002	001	02/04/2019
11.335	002	001	02/04/2019
11.337	002	001	02/04/2019
11.340	002	001	02/04/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
ROBERVANE DE OLIVEIRA COSTA		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1207681113/MT		-	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

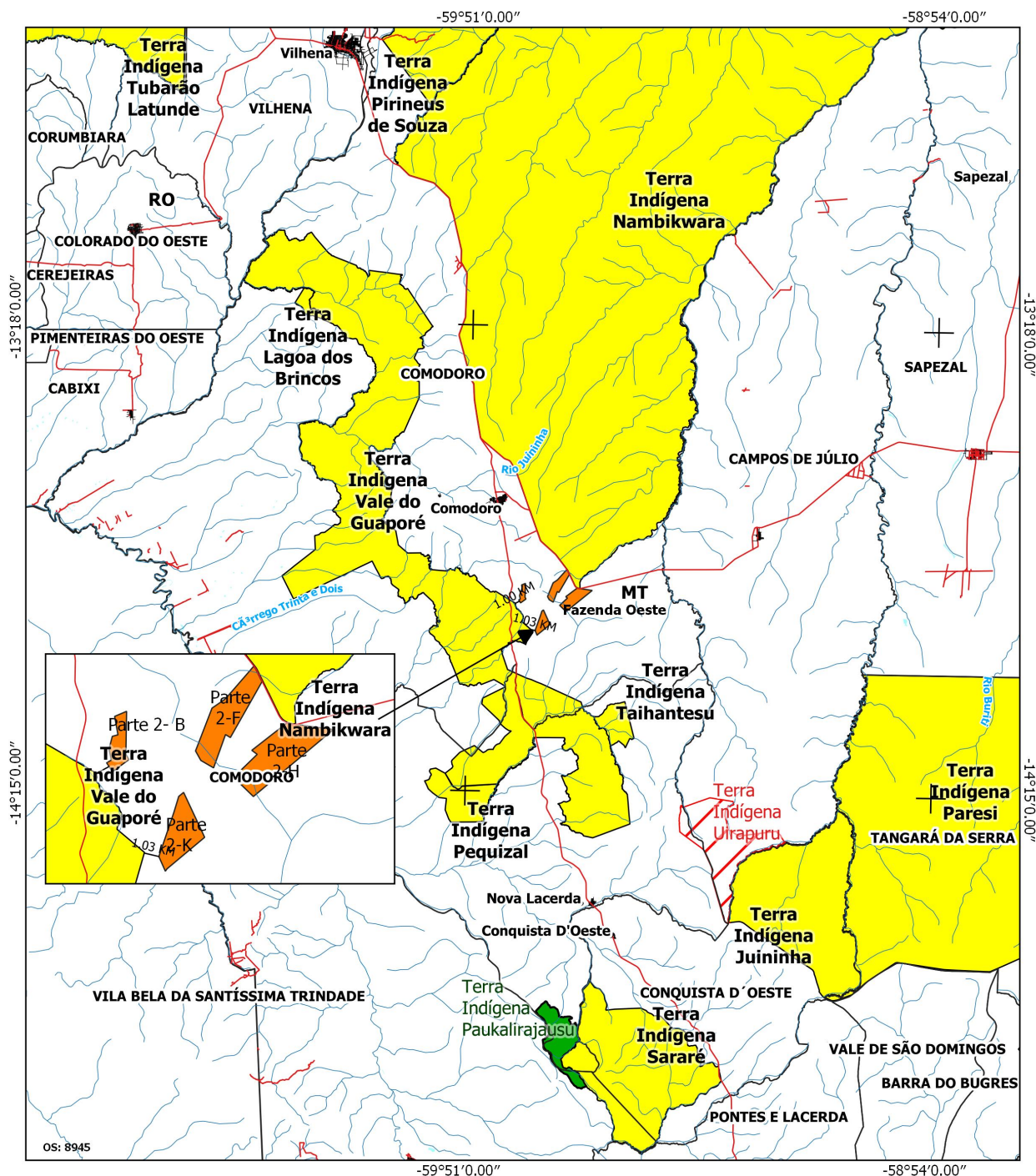
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena Delimitada
- Homologada
- Reserva Indígena
- Restrição de Uso
- Regularizada
- Declarada
- Distância
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual

Observações:

- Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2-A BR-364 é limite Comum entre a Terra Indígena Nambikwara e o referido Imóvel Rural parte 2-F e a parte 2-H.

Datum SIRGAS 2000

Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>		
DENOMINAÇÃO: Fazenda Oeste B, F, H, E, K		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 1009/19
INTERESSADO: Rafael Zamban.		Documento Referência: 08755.002286/2019-65
MUNICÍPIO / UF: COMODORO / MT		ESCALA: 1:950000
DESENHO EM: Priscila Santos Cardoso	CONFERIDO EM: JOSE DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGO / DPT	CONFERIDO EM: JOSE ANTONIO DE SA COORDENADOR DE GEOPROCESSAMENTO - COGED / DPT CRIA / PE Nº 15.435/0



Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 11

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1847095 / ANO: 2019

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000640/2019-04	1374/2019/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
ARIBERT LUIZ SCHNER		234.282.600-15	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA GAL CANABARRO, Nº 678, BAIRRO CENTRO, PASSO FUNDO		99.010-190	RS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA TERRA NOVA 1 (Desm.)	BONFIM	RR	225,4253
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO FERREIRA - TABELIONATOS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA BONFIM		BONFIM	RR
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
00857	02	01/02	02/07/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EPITÁCIO EVARISTO DE ANDRADE		TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR OU TECNÓLOGO TOPOGRAFIA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
210598357-0/RN		RR20190053785	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto



BOLETIM DE SERVIÇO

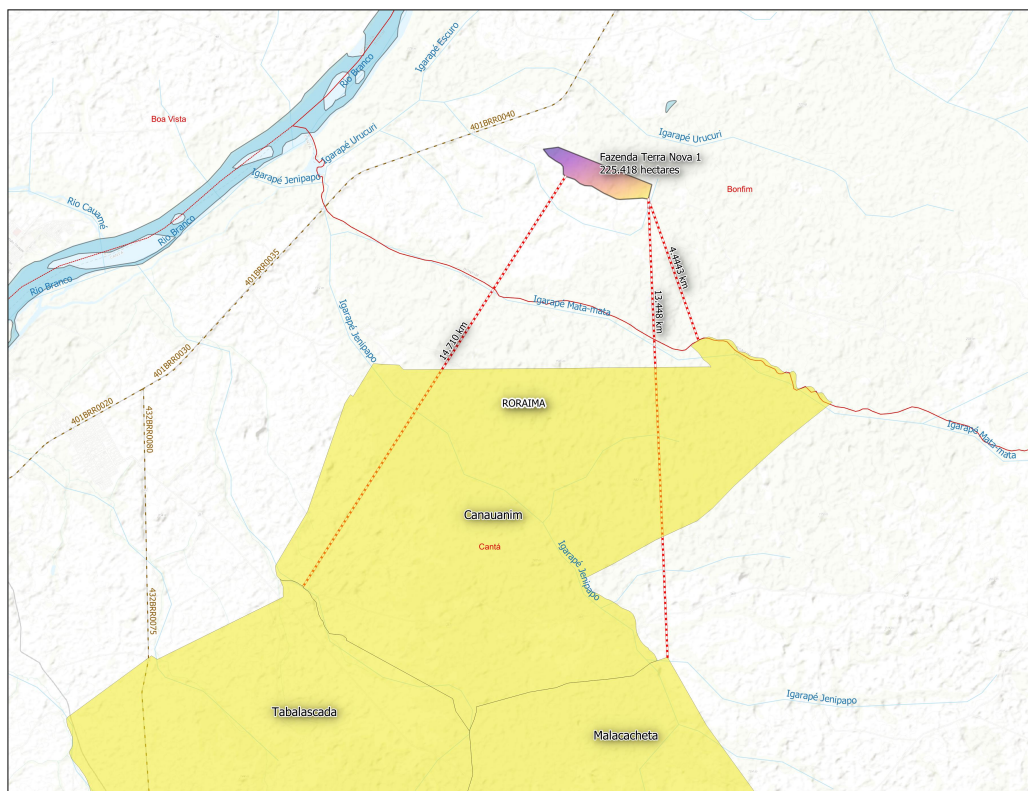
Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 12

ANÁLISE CARTOGRÁFICA - 1082/19



MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
Coordenação Geral de Geoprocessamento
Coordenação de Cartografia



Legenda

Terras Indígenas	Base Cartográfica
Terras Indígenas	IBGE - Estados
Declarada	IBGE - Malha Municipal
Delimitada	DNIT - Rodovias 2015
Encaminhada RI	ANA - Massa D'água
Homologada	ANA - Hidrografia
Regularizada	Atlas
Em Estudo	Distância TI's
TI's em Estudo	Fazenda Terra Nova

Denominação: FAZENDA TERRA NOVA 1 (Desm.), localizada no município de Bonfim, em nome do Interessado, GEOAMBIENTAL NORTE LTDA

Processo: 08749.000640/2019-04
Analista: João Carlos Figueiredo
OS: 9030

Observações 1 - Este documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/20012 - Datum SIRGAS 2003 - Base Cartográfica: Funai - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia, Otobacias / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

Escala	Localização:
1:100000	1:25000000



Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 13

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1631821 / ANO: 2019

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.015053/2018-77	1115/2019/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
ME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
MÁRIO CREMA		011.765.449-34	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA MARINGÁ, 620, CENTRO, PRIMAVERA DO LESTE		73850-000	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA PEABIRU I PARTE / PARTE 1	NOVO SÃO JOAQUIM	MT	1.590,4299
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVO SÃO JOAQUIM		NOVO SÃO JOAQUIM	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
1687	02 RG	01	16/10/2017
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
DAZIR ZANZARINI		TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1200322649/MT		2749124 MT	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

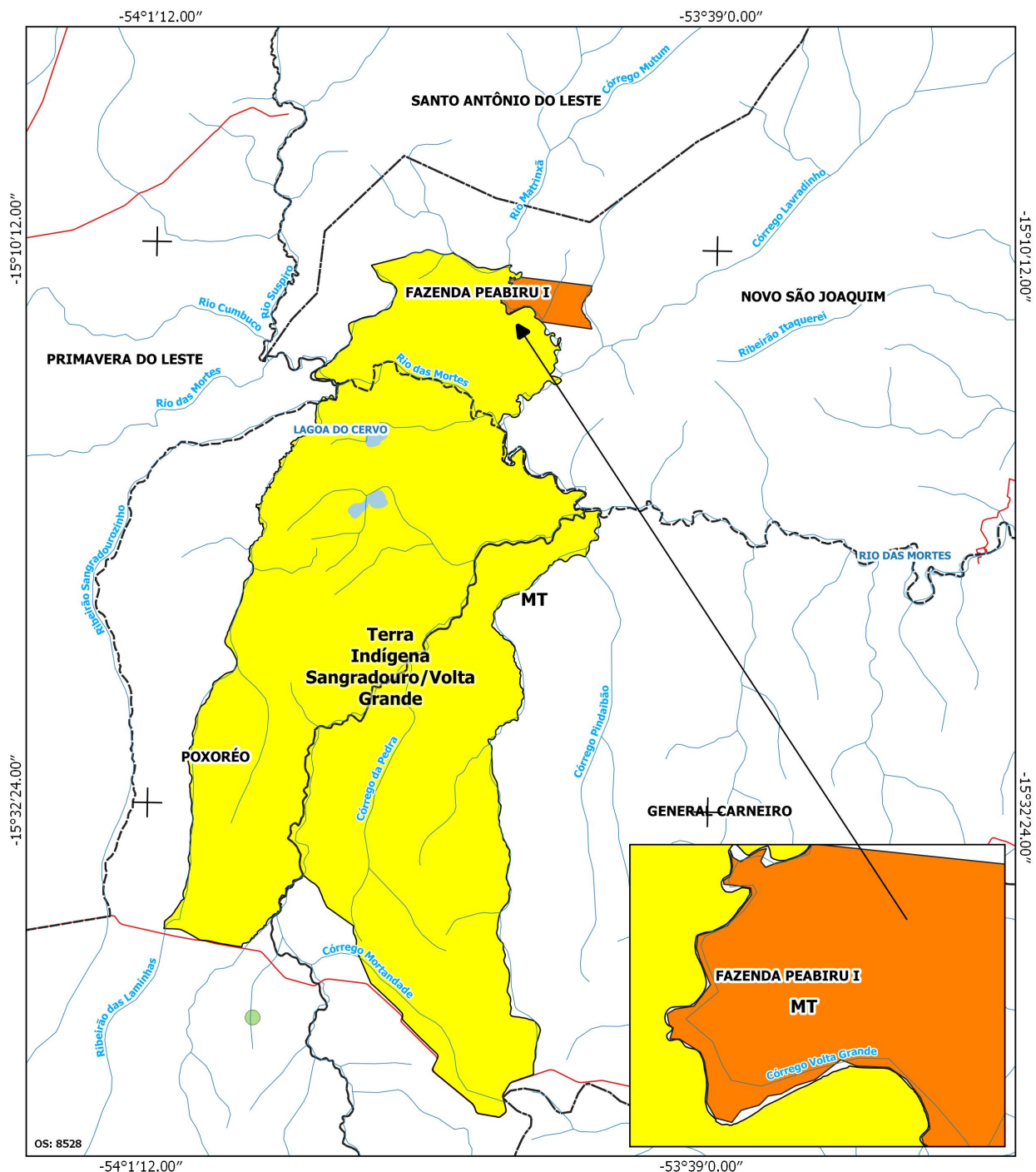
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena**
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
 - Área Limitrofe
- Limite Internacional**
- Limite Municipal**
- Limite Estadual**
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia**
 - Federal
 - Estadual
- Distância

Observações:

- 1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2 - Informamos, que o Córrego Volta Grande é limite comum entre a Fazenda Peabiru I e a Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: Fazenda Peabiru I		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 697/19
INTERESSADO: Mário Crema		Documento Referência: 08620.015053/2018-77
MUNICÍPIO / UF: NOVO SÃO JOAQUIM / MT		ESCALA: 1:300000
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____
Adriano Farias Spalholz	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORDENADOR GERAL DE DESEMPENHAMENTO - CGEO / DPT CREA / PR Nº 19.439/95



DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES – DPT

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1826365 / ANO: 2019

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.004393/2019-53		1355/2019/DPT/FUNAI	
OME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
WAGNER GARCIA DE SOUZA		211.922.861-20	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
405 SUL, ALAMEDA 11, QI 25, LOTE 06, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS		77015-636	TO
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA RIO MATEIRO	RECURSOLÂNDIA	TO	5.055,64
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ITACAJÁ		RECURSOLÂNDIA	TO
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
198	2-A	117	21/01/2003
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
IRANILDE FERNANDES DOS SANTOS		ENGENHEIRA AMBIENTAL E SANITARISTA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
011207-0/TO		20150030523-TO	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.

2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.

3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.

4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

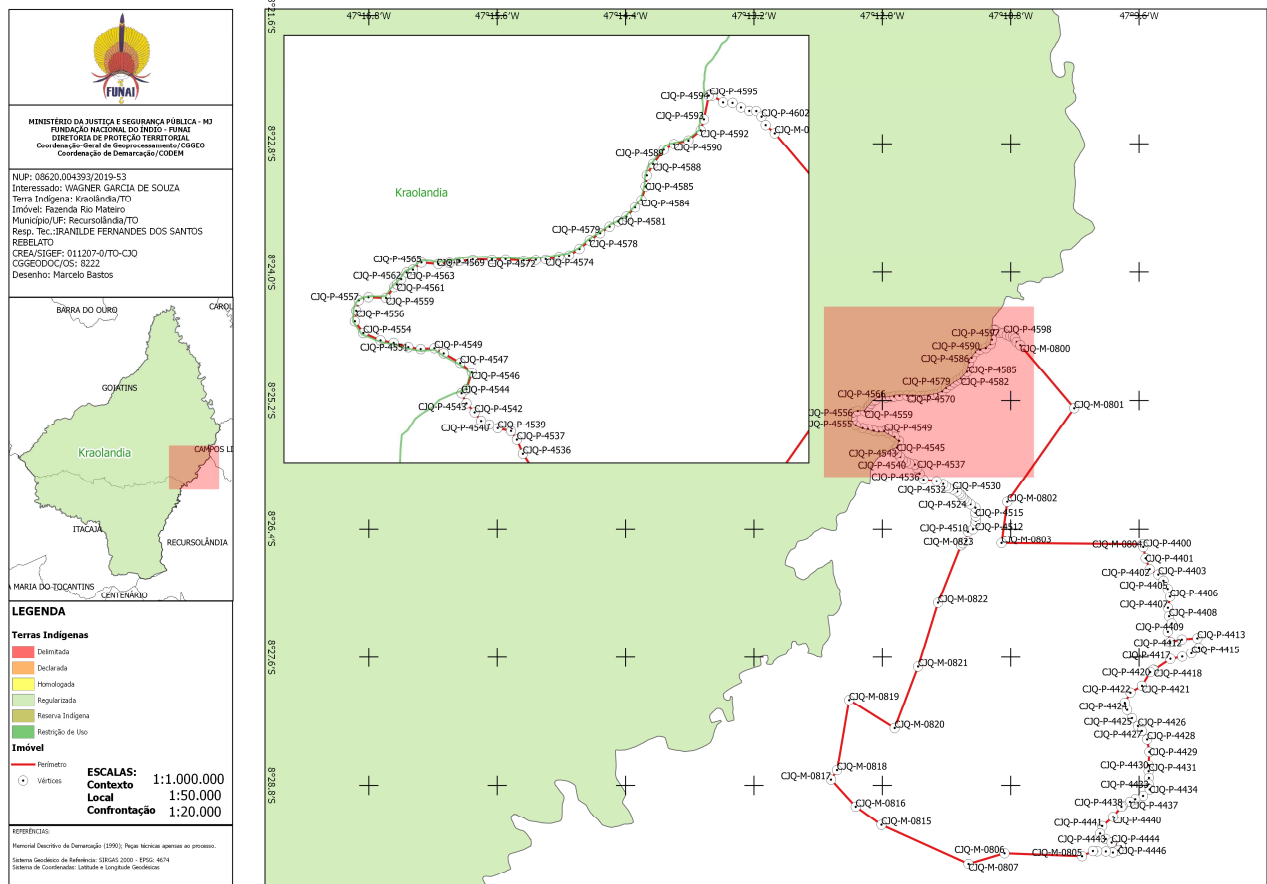
Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto

Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 16





Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 17

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1884287 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08763.000865/2019-74		43/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
AERTON FERRAZ GOMES		106.943.823-53	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA JOSÉ DE RIBAMAR ALVES RIBEIRO, 504, CENTRO, AMARANTE DO MARANHÃO		65923-000	MA
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA TIRIRICA	AMARANTE DO MARANHÃO - GLEBA RIACHINHO "B"	MA	364,0435
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
AMARANTE DO MARANHÃO		AMARANTE DO MARANHÃO	MA
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
1.041	2-H	54	03/10/1985
666	2-F	76	03/05/1984
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
VILSON VITÓRIO FRANSEN		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
8389MA		MA20190241334	
Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.			
OBSERVAÇÕES: 1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas. 2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai. 3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente. 4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".			

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto



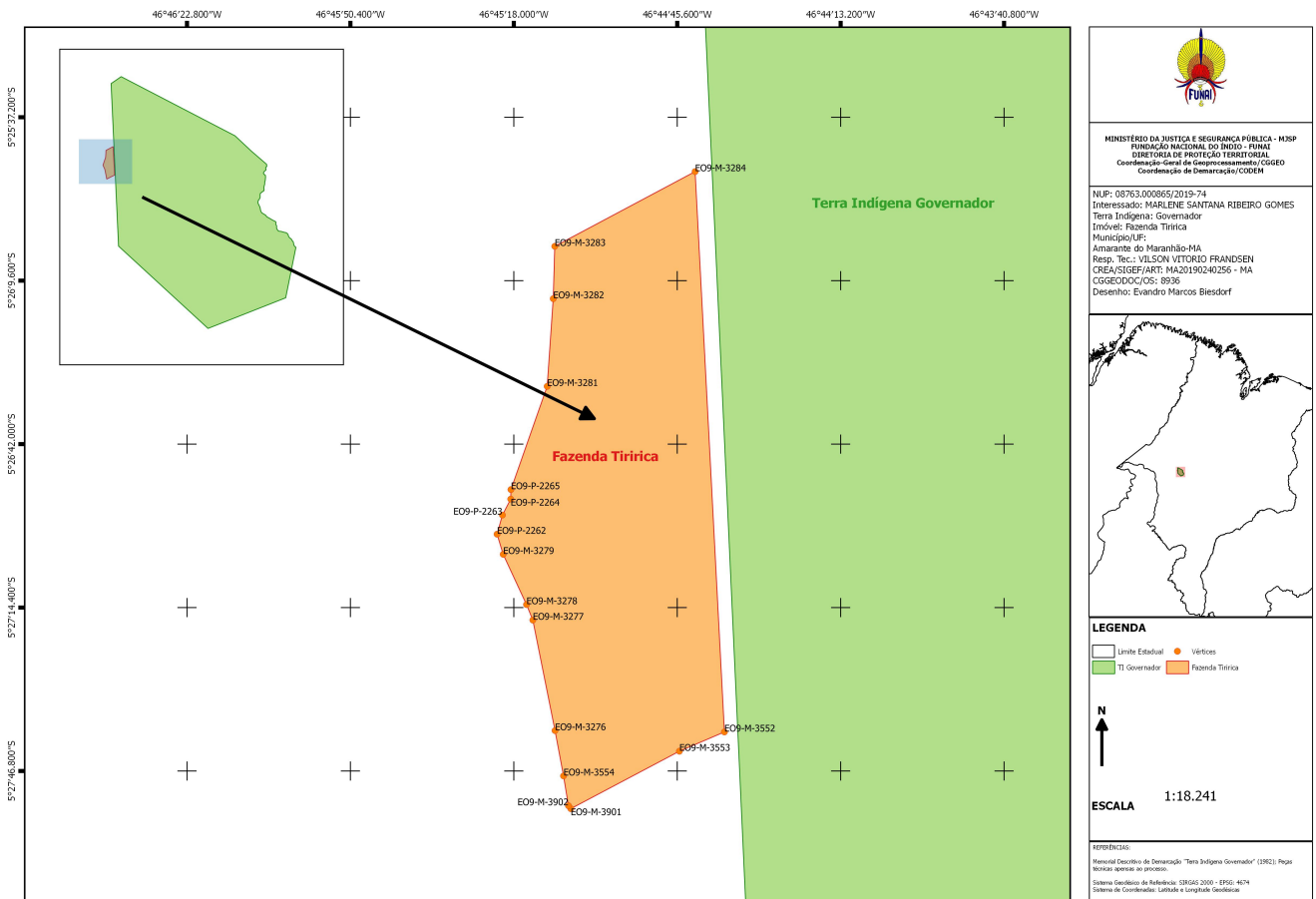
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 18





Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 19

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1885789 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.016716/2018-71		44/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
ADALBERTO MOURÃO JÚNIOR		669.562.266-34	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA MANOEL MACHADO, 69-A, CENTRO, LADAINHA		39825-000	MG
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA CURVINA	LADAINHA	MG	352,0480
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS		TEÓFILO OTONI	MG
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
680	2-C	83	27/08/1976
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
NEUBERT HOMEM GONÇALVES		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
179845/D		14201800000004755522	
Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.			
OBSERVAÇÕES: 1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas. 2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai. 3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente. 4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.			

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

Presidente Substituto



BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 27 de janeiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 17 - p. 20

